Doc. 17

GABINETE DE COORDENAÇÃO DO MFA NA FAP

Têxto de Apoio nº.7

Assunto: "CONSOLIDAÇÃO DA ALIANÇA POVO - MFA"

A aliança Povo - MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente. A acção libertadora do 25 de Abril , continuada por todo um conjunto de atitudes do MFA e dos partidos políticos de esquerda e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido manter um nível suficiente de coesão POVO - MFA. Todavia, a mobilização das massas populares não é feita directamente pelo MFA, o que não estaria errado se o pluralismo existente constituisse uma frente coligada, na intenção e perspectiva de actuação, que caracteriza a vanguarda revolucionária do MFA. Tal não acontece e, dificilmente, se espera venha a acontecer. Por outro lado, a manutenção e consolidação da aliança POVO - MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes mais desfavorecidas. Neste aspecto, o 25 de Abril, pouco ou nada fez. É dentro do âmbito da Revolução Cultural, pela aplicação das potencialidades militares técnicas, humanas e materiais que se recuperará decisivamente o povo para a Revolução. Neste aspecto, a prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Esta premissa, sine qua non, de consolidação da aliança, está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide.

Torna-se então, necessário aproveitar correctamente esta realidade fundamental, preparando-a e organizando-a para a DEFESA e DINAMIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO EM CURSO.

A DEFESA E DINAMIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas:

1. Desenvolver a participação revolucionária das massas, como meio de as mobilizar para o processo;

2. Vencer a batalha da produção;

3. Defender a revolução dos ataques das forças reaccionárias internas e externas.

Parece claro que levar a bom termo as duas últimas tarefas significará levar a bom termo a primenra delas. Ou seja: o sueesso das duas últimas decorre necessáriamente do sucesso da primeira.

Desenvolver a participação revolucionária das massas num quadro de intensa luta partidária implica, para o MFA, a capacidade de se ligar de forma duradoura (organizada) ao movimento particular, desenvolvendo essa ligação de forma nova e numa perspectiva supra-partidária. mantendo a ligação (clássica) MFA-POVO, por via dos partidos políticos, o MFA procuraria um novo caminho directo de diálogo através duma ligação (nova) MFA-POVO.

:..///...

...///...

O que leva á necessidade de erguer um consistente movimento civil, supra-partidário, identificado com os objectivos da Revolução, capaz de veícular, se e quando necessário o diálogo directo MFA - POVO.

Em face do exposto e, tendo em conta a definição política do MFA, aliás reveladora da realidade integrante do nosso contêxto político restam duas hipóteses complementares, para a defesa e dinamização.

1. O MFA escolhe uma frente restrita da coligação para nela se apoiar de preferência.

2. O MFA consegue que nasça um consistente movimento civil supra-partidário, identificado com os objectivos definidos e defensor crítico das vias traçadas.

Como conclusão sugere-se o esquema seguinte que se designa de ESTRUTURA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

ESTRUTURA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Esta estrutura baseia-se em orgãos já criados (CR, CODICE, CODIRE), outros em vias de formação (ADU) e finalmente, naqueles que iriam definir o citado movimento civil e que se sugere sejam designados por "Comissões de Defesa da Revolução"

A articulação desta estrutura com os poderes civis constituidos far-se-ia, para efeitos de coordenação ao nível de CODICE com o Governo Central, ao nível de CODIRE com o Governo Civil, ao nível de Assembleia de Unidade (ADU) com as Câmaras Municipais e ao nível de CDR com as Juntas de Freguesia.

O desenvolvimento desta estrutura passa pela criação (em curso) das Assembleias de Delegados das Unidades (ADU) que constituiriam a pedra de toque do esquema proposto. Têm como vantagem a cobertura que fazem do país em constante e íntimo contacto com as populações e ainda a capacidade de informação e decisão de que passarão a dispor. Por outro lado, além de determinar uma participação muito concreta e constante das Unidades no Processo Revolucionário o que é importante no momento que se vive vai também permitir o enquadramento militar de possíveis núcleos civis a armar, eventualmente formados para defesa da Revolução.

Esta actividade das ADU só poderia desenvolver-se, não necessáriamente em simultaneidade de actuações, após um período de trabalho das mesmas comprovativo da sua capacidade política de actuação.

Após este período de teste e de correcção por parte do GDE/CODICE, quer por indicação de novas formas de actuação, quer por alteração de quadros, as ADU, através de equipas especiais e por meio de reuniões locais com as populações lançariam a ideia dos CDR préviamente apoiada pelo CR.

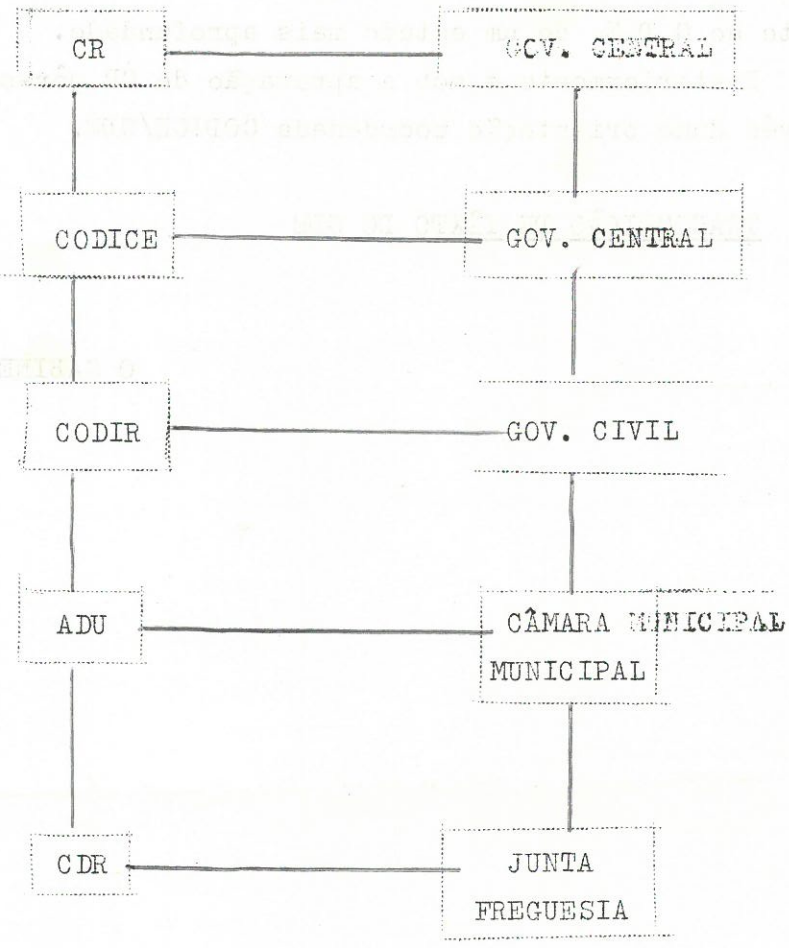
Seriam aproveitadas, com vantagem, as Comissões de Moradores já existentes, interessados os Sindicatos e outros Organismos.

O organigrama da estrutura em discussão seria o seguinte:

...///...

ESTRUTURA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

ORGANIGRAMA



OBS. - Numa perspectiva de descentralização de poderes do C.R. pode inserir-se acima da CODIR um "Conselho Regional" que integraria o Comandante da RM e os delegados do MFA das suas unidades.

COMISSÕES DE DEFESA DA REVOLUÇÃO

Seriam constituidas por aldeia, bairros ou zonas nas vilas e cidades e ainda por fábricas e empresas.

Numa primeira fase atender-se-ia apenas à sua formação nas cidades onde há Unidades militares sediadas. Fora destas apenas as fábricas ou empresas importantes.

Numa segunda e terceira fase, respectivamente ás vilas e aldeias.

Terão por missão defender a Revolução nos aspectos de VIGILÂNCIA E ACÇÃO CÍVICA.

Trata-se portanto e em conclusão, de organizar as formas de VIGILÂNCIA POPULAR já conhecidas permitindo simultâneamente um trabalho necessário de acção cívica.

.../...

.../...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias apresentadas pretendem constituir uma contribuição para a discussão do tema "CONSOLIDAÇÃO DA ALIANÇA POVO - MFA", de flagrante oportunidade , sugerindo uma possibilidade de actuação que, a ser aceite pela A.D., seria objecto por parte do G.D.E. de um estudo mais aprofundado.

Posteriormente e sob a aprovação do CR pôr-se-ia o projecto em execução através duma orientação coordenada CODICE/GDE.

TRANSCRIÇÃO DE TÊXTO DO GDE

O GABINETE DE COORDENAÇÃO DO MFA NA FAP